

---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM  
AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA FLUTUANTE, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA  
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA JCPM PARTICIPAÇÕES E  
EMPREENDIMENTOS S.A.**

**ENTRE**

**JCPM PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.**  
*COMO EMISSORA,*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
*COMO AGENTE FIDUCIÁRIO,*

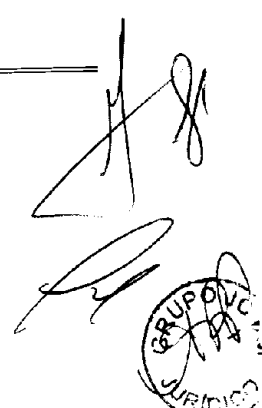
**JOÃO CARLOS PAES MENDONÇA**  
*COMO FIADOR*

**E**

**MARIA AUXILIADORA NORONHA MENDONÇA**  
*COMO SUA CÔNJUGE ANUENTE,*

**16 DE MAIO DE 2013**

---

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "GRUP OVC" and "CURICIO".

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA FLUTUANTE, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA JCPM PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

**JCPM PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida Engenheiro Antônio de Góes, nº 60, 20º andar, sala 2001, subunidade 01, CEP 51.010-000, no município de Recife, Estado de Pernambuco, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.483.096/0001-02, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514 - Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, representando a comunhão dos debenturistas da presente emissão, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Agente Fiduciário" e "Lei das Sociedades por Ações", respectivamente);

e, como Fiador e principal garantidor das obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura,

**JOÃO CARLOS PAES MENDONÇA**, brasileiro, empresário, casado com Maria Auxiliadora Noronha Mendonça, abaixo qualificada, inscrito no CPF/MF sob o nº 002.301.204-82, portador da cédula de identidade RG nº 715.764 SSP/PE, com escritório comercial na Avenida Engenheiro Antônio de Góes, nº 60, 20º andar, sala 2001, subunidade 01, CEP 51.010-000, no município de Recife, Estado de Pernambuco, neste ato representado por seus procuradores devidamente constituídos ("Fiador");

e, como sua cônjuge anuente,

**MARIA AUXILIADORA NORONHA MENDONÇA**, brasileira, casada com João Carlos Paes Mendonça, inscrita no CPF/MF sob o nº 795.753.904-15, portadora da cédula de identidade RG nº 765.167 - SSP/PE, com escritório comercial na Avenida Engenheiro Antônio de Góes, nº 60, 20º andar, sala 2001, subunidade 01, CEP 51.010-000, no município de Recife, Estado de Pernambuco ("Anuente"), neste ato representada por seus procuradores devidamente constituídos;

Celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da JCPM Participações e Empreendimentos S.A. ("Escritura"), nos termos e condições abaixo.



## 1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A emissão das Debêntures ("Emissão") e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), serão realizadas com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 6 de maio de 2013 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Emissora.

## 2. REQUISITOS

2.1. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### 2.1.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1. A ata da AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima será arquivada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco ("Junta Comercial de Pernambuco") e publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco ("Diário Oficial") e no Jornal do Commercio de Pernambuco, nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.1.2. Arquivamento da Escritura

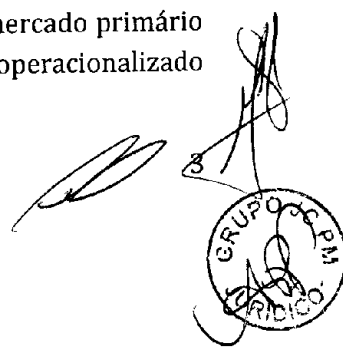
2.1.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser arquivados na Junta Comercial de Pernambuco pela Emissora em até 5 (cinco) Dias Úteis de sua celebração, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e, uma vez devidamente registrados na Junta Comercial de Pernambuco, perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos de Recife e Rio de Janeiro, para fins do disposto no artigo 129, item 3º e artigo 130, da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973 ("Lei de Registros Públicos"), o que deverá ser feito dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data do seu arquivamento na Junta Comercial de Pernambuco.

### 2.1.3. Registro na CVM

2.1.3.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de colocação.

### 2.1.4. Registro na CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP")

2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado



pela CETIP, sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto nas Cláusulas 3.8.2 e 3.8.4 abaixo, no mercado secundário por meio do Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP 21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

**2.1.5. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)**

2.1.5.1. A presente Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores.

**3. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

**3.1. Objeto Social da Emissora**

3.1.1. A Emissora tem por objeto social:

- a) Participação societária em empresas e empreendimentos empresariais;
- b) Investimento em bens móveis e imóveis, podendo o investimento se destinar a capital fixo ou circulante; e
- c) Administração e locação de bens móveis e imóveis, próprios.

**3.2. Número da Emissão**

3.2.1. Esta é a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

**3.3. Número de Séries**




3.3.1. A Emissão será realizada em série única.

**3.4. Montante da Emissão**

3.4.1. O montante total da emissão será de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

**3.5. Quantidade de Debêntures**

3.5.1. Serão emitidas 1.000 (mil) debêntures (“Debêntures”).

  
  
4  


3.6. **Banco Mandatário e Agente Escriturador**

3.6.1. O banco mandatário e agente escriturador será o Banco Bradesco S.A., com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, s/nº, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário" e "Escriturador", respectivamente).

3.7. **Destinação dos Recursos**

3.7.1. Os recursos captados através desta Emissão serão destinados para usos gerais corporativos.

3.8. **Registro para Distribuição e Negociação**

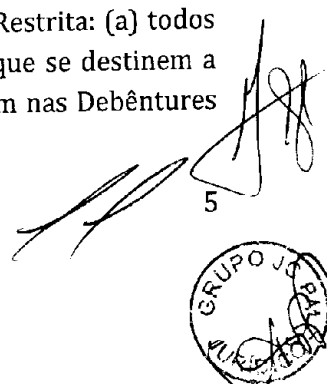
3.8.1. As Debêntures serão registradas: (a) para distribuição no mercado primário por meio do MDA; e (b) para negociação em mercado secundário por meio do CETIP 21, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira realizadas por meio da CETIP.

3.8.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da referida Instrução. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, somente investidores qualificados ("Investidores Qualificados"), nos termos da definição da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

3.8.3. Conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, são Investidores Qualificados: (a) instituições financeiras; (b) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (c) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (d) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (e) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (f) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (g) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

3.8.4. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Oferta Restrita: (a) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas que investirem nas Debêntures

5



deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

### 3.9. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição e integralização para a totalidade das Debêntures, com intermediação do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP.

3.9.2. Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão: (a) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados; e (b) as Debêntures somente poderão ser subscritas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.

3.9.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (a) a Emissão não foi registrada perante a CVM; e de que (b) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura.

3.9.4. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.




3.9.5. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

## 4. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Características Básicas

#### 4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

  
  
6  


4.1.2. *Data de Emissão*

4.1.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 16 de maio de 2013 ("Data de Emissão").

4.1.3. *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.3.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 72 (setenta e dois) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 16 de maio de 2019 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.3 abaixo e de resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, em conformidade com a Cláusula 5.2 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida (conforme definida abaixo), calculada conforme a Cláusula 4.5 abaixo.

4.1.4. *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.4.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados.

4.1.5. *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente no CETIP 21.

4.1.6. *Conversibilidade*

4.1.6.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.7. *Espécie*

4.1.7.1. As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.1.8. *Garantia Fidejussória*

4.1.8.1. Para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas nesta Escritura, o Fiador presta fiança ("Fiança") em favor dos debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, em caráter irrevogável e irretratável, como



fiador e principal pagador, solidariamente responsável com a Emissora, dos valores devidos nos termos desta Escritura, conforme os termos e condições abaixo.

4.1.8.2. O Fiador declara-se e obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irrevogável, fiador, responsável solidariamente à Emissora como principal pagador do Valor Garantido (conforme definido abaixo) oriundo das Debêntures desta Emissão, nos termos desta Escritura e em conformidade com os artigos 275 e seguintes e 818 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil").

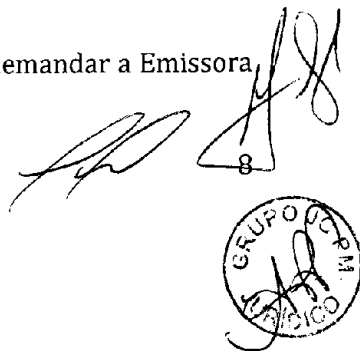
4.1.8.3. O Fiador desde já reconhece como prazo determinado da Fiança, para fins do artigo 835 do Código Civil, o período de 60 (sessenta) dias após a Data de Vencimento.

4.1.8.4. O Fiador, nos termos do artigo 828, I e II, do Código Civil, renuncia, desde já, aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e 77 e 595 da Lei nº 5.869 de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

4.1.8.5. O valor da Fiança é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão, o qual inclui: (a) o Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura; bem como (b) todos os acessórios ao principal, inclusive as despesas e custas judiciais, honorários e despesas com assessor legal, honorários e despesas com Agente Fiduciário, Banco Mandatário, CETIP e verbas indenizatórias, quando houver, nos termos do artigo 822 do Código Civil ("Valor Garantido"). Todo e qualquer pagamento realizado pelo Fiador em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como sem dedução de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, exceto nas hipóteses de retenção direta na fonte conforme a legislação aplicável.

4.1.8.6. O Valor Garantido será pago pelo Fiador, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, em até 3 (três) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário ao Fiador, emitida nos termos desta Escritura, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário em até 1 (um) dia útil contado da verificação da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida na presente Escritura. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções razoáveis recebidas do Agente Fiduciário. Sem prejuízo da incidência de multa e juros, nos termos do item 4.8.3.1, abaixo, a obrigação será considerada satisfeita pelo Fiador caso o pagamento do Valor Garantido ocorra em até 3 (três) dias úteis do recebimento da notificação acima mencionada.

4.1.8.7. O Fiador desde já concorda e obriga-se somente a exigir e/ou demandar a Emissora.



Handwritten signature and circular stamp of Grupo OCB. The stamp contains the text "GRUPO OCB" and "BRASIL" around a central logo.



por qualquer valor honrado pelo Fiador nos termos da Fiança após os debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

4.1.8.8. Fica facultado ao Fiador efetuar pagamento de obrigação inadimplida pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive, durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura, hipótese em que o inadimplemento da Emissora será sanado pelo Fiador.

4.1.8.9. O Fiador sub-rogar-se-á nos direitos dos debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta cláusula, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que o Fiador obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.

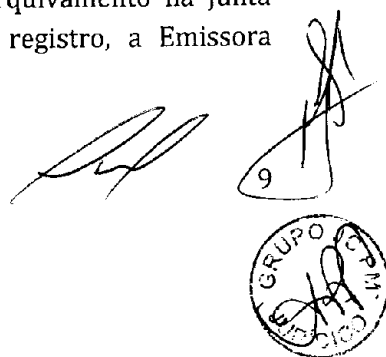
4.1.8.10. A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos da presente Escritura.

4.1.8.11. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da Fiança prevista nesta Escritura, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

4.1.8.12. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e Fiador.

4.1.8.13. Fica desde já certo e ajustado que, até as respectivas datas de vencimento e durante eventual prazo de cura especificamente estipulado nesta Escritura, a Emissora é a única responsável pelo pagamento de qualquer valor e pelas obrigações acessórias estabelecidas nesta Escritura, exceto se de outra forma expressamente aqui pactuado. Não obstante, no caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer pagamento, nos termos desta Escritura, o Fiador tornar-se-á responsável pelo referido pagamento, nos termos da Cláusula 4.1.8.2 acima.

4.1.8.14. Nos termos do artigo 129, item 3º e artigo 130, da Lei de Registros Públicos, esta Escritura será levada a registro perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos de Recife e Rio de Janeiro, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data do seu arquivamento na Junta Comercial de Pernambuco. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.



Handwritten signature and circular stamp of GRUPO CPFL. The stamp contains the text "GRUPO CPFL" and "RECIFE".

4.1.8.15. O Anuente, neste ato, na condição de cônjuge do Fiador, anui expressamente com a Fiança ora prestada e com todas as suas condições, outorgando-lhe a autorização necessária nos termos do artigo 1.647, III, do Código Civil.

## 4.2. **Subscrição**

### 4.2.1. *Prazo de Subscrição*

4.2.1.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, em única data, a qualquer tempo a contar da data de início da distribuição, observado o disposto na Instrução CVM 476 e no contrato de distribuição.

### 4.2.2. *Preço de Subscrição*

4.2.2.1. O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário, corrigido *pro rata temporis* pela Remuneração prevista na Cláusula 4.5 abaixo, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização pelo subscritor.

## 4.3. **Integralização e Forma de Pagamento**

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

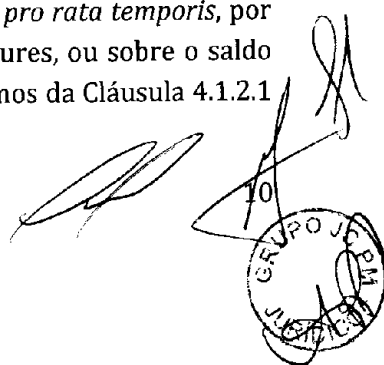
## 4.4. **Atualização do Valor Nominal**

4.4.1. Não haverá atualização do Valor Nominal das Debêntures.

## 4.5. **Remuneração**

### 4.5.1. *Cálculo e Forma de Pagamento da Remuneração*

4.5.1.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, *over* extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, conforme produzida e divulgada pela CETIP no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de um spread ou sobretaxa de 2,0% (dois por cento), ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a Data de Emissão nos termos da Cláusula 4.1.2.1



Handwritten signature and circular stamp of GRUPO JF.


acima ou da data de pagamento imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), de acordo com a fórmula descrita na Cláusula 4.5.1.4 (“Remuneração”).



4.5.1.2. Define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.5.1.3. A Remuneração será paga: (a) a cada 6 (seis) meses até o 24º mês, inclusive, seguinte à da Data de Emissão; e (b) a cada 3 (três) meses após 24º mês, exclusive, seguinte à da Data de Emissão, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração será devido em 18 de novembro de 2013 e o último pagamento da Remuneração será devido em 16 de maio de 2019, na Data de Vencimento, conforme tabela a seguir (cada uma, uma “Data de Pagamento da Remuneração”):

Datas de Pagamento
18 de novembro de 2013
16 de maio de 2014
17 de novembro de 2014
18 de maio de 2015
17 de agosto de 2015
16 de novembro de 2015
16 de fevereiro de 2016
16 de maio de 2016
16 de agosto de 2016
16 de novembro de 2016
16 de fevereiro de 2017
16 de maio de 2017
16 de agosto de 2017
16 de novembro de 2017
16 de fevereiro de 2018
16 de maio de 2018
16 de agosto de 2018
16 de novembro de 2018
18 de fevereiro de 2019
16 de maio de 2019

4.5.1.4. A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:



$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1), \text{ onde:}$$

onde:

- (a) “I”: valor da Remuneração devida ao final do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) “VNe”: Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- (c) “Fator Juros”: Fator de Juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

- (d) “FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI-Over, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k);$$

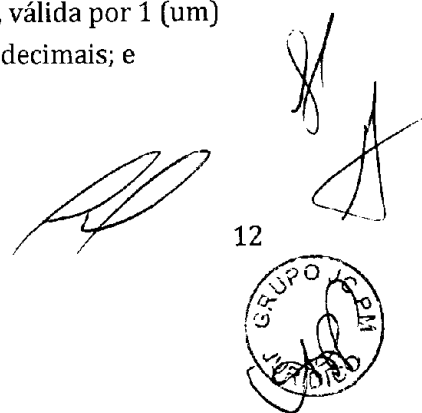
onde:

- (i) “n”: número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro; e
- (ii) “TDI<sub>k</sub>”: Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \quad \text{onde:}$$

- (A) “DI<sub>k</sub>”: Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

12



- (e) “Fator Spread”: Sobretaxa de juros fixos calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorSpread} = \left[ \left( \frac{\text{sobretaxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right];$$

onde:

- (i) “sobretaxa”: 2,0000% (dois por cento);
- (ii) “DP”: número de Dias Úteis entre a Data de Emissão e o último evento de pagamento, conforme o caso, e a data atual, sendo ‘DP’ um número inteiro.

observado, ainda:

- (A) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  deve ser considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento, assim como seu produtório;
- (B) Efetua-se o produtório dos fatores diários, sendo que a cada fator diário acumulado trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- (C) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.5.1.5. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.1.6. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis da data esperada para sua divulgação (“Período de Ausência da Taxa DI”), ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do término do prazo acima referido, para a definição, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os



13



mesmos níveis da Remuneração em vigor. A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada, em primeira convocação, no prazo máximo de 8 (oito) dias, nos termos do artigo 124, §1º, inciso I da Lei das Sociedades por Ações, contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI, da data da extinção ou da data de impossibilidade legal de sua aplicação ou da determinação judicial pela não aplicação da Taxa DI, conforme o caso. Até a deliberação do novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os debenturistas.

4.5.1.7. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

4.5.1.8. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os debenturistas representando, no mínimo, 90,0% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definida na Cláusula 8.8 abaixo), a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida dentre:

- a) resgatar antecipadamente e, consequentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo do Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e consequente cancelamento, calculado *pro rata temporis*, a partir da data de subscrição e integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada; ou
- b) apresentar o cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida por debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o estabelecido na Cláusula 8 abaixo, sendo que a taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época e aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 90,0% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação. Caso a respectiva taxa substituta da



14



Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI.

4.5.1.8.1. Caso a Emissora opte pela alternativa “b)” acima e não haja a aprovação de debenturistas necessária nos termos ali previstos, então a Emissora deverá resgatar antecipadamente as Debêntures em conformidade com o disposto na alternativa “a)” acima.




4.6. Repactuação

4.6.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

4.7. Amortização do Principal

4.7.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado trimestralmente, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês a contar da Data de Emissão, em parcelas sucessivas, salvo as possibilidades de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.3 abaixo e resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, em conformidade com a Cláusula 5.2 abaixo.

Parcela	Data de pagamento	Percentual amortizado do Valor Nominal Unitário de Emissão	Valor amortizado por Debênture - unitário (em R\$)
1	17 de agosto de 2015	6,25%	6.250,00
2	16 de novembro de 2015	6,25%	6.250,00
3	16 de fevereiro de 2016	6,25%	6.250,00
4	16 de maio 2016	6,25%	6.250,00
5	16 de agosto de 2016	6,25%	6.250,00
6	16 de novembro de 2016	6,25%	6.250,00
7	16 de fevereiro de 2017	6,25%	6.250,00
8	16 de maio de 2017	6,25%	6.250,00
9	16 de agosto de 2017	6,25%	6.250,00
10	16 de novembro de 2017	6,25%	6.250,00
11	16 de fevereiro de 2018	6,25%	6.250,00
12	16 de maio 2018	6,25%	6.250,00
13	16 de agosto de 2018	6,25%	6.250,00
14	16 de novembro de 2018	6,25%	6.250,00
15	18 de fevereiro de 2019	6,25%	6.250,00
16	16 de maio de 2019	6,25%	6.250,00

  
15   


4.8. **Condições de Pagamento**

4.8.1. *Local de Pagamento e Imunidade Tributária*

4.8.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (a) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP 21; ou (b) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no CETIP 21: (1) na sede da Emissora ou do Banco Mandatário; ou (2) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.8.1.2. Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8.2. *Prorrogação dos Prazos*

4.8.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, até o primeiro dia útil subsequente, se na data de vencimento da respectiva obrigação não houver expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ou na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.8.3. *Encargos Moratórios*

4.8.3.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2,0% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

4.8.4. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.8.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3.1 acima, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe





dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Remuneração e/ou Data de Vencimento.

#### 4.9. **Publicidade**

4.9.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, serão publicados no Diário Oficial e no Jornal do Commercio de Pernambuco, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na mesma data da sua realização.

### 5. **AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL E VENCIMENTO ANTECIPADO**

#### 5.1. **Aquisição Antecipada Facultativa**

5.1.1. A Emissora poderá adquirir Debêntures em Circulação no mercado: (a) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras; ou (b) por valor superior ao Valor Nominal, desde que observe as regras expedidas pela CVM, nos termos do artigo 55, §3º da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a seu critério, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

#### 5.2. **Resgate Antecipado Facultativo Total**

5.2.1. A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total").

5.2.2. O Resgate Antecipado Facultativo Total deverá ser precedido de publicação de comunicação dirigida aos debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.9.1, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis à realização do pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total ("Comunicação do Resgate Antecipado Facultativo Total").

5.2.3. A Emissora deverá comunicar a CETIP através de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento do Resgate Antecipado



17



Facultativo Total. O pagamento das Debêntures resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas eletronicamente no CETIP 21 e, nas demais hipóteses, por meio do Escriturador.

5.2.4. O valor do resgate antecipado devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data em que o resgate vier a ser realizado ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total" e "Data do Resgate Antecipado Facultativo Total", respectivamente).

5.2.5. Caso o Resgate Antecipado Facultativo Total se dê até o dia 18 de maio de 2015, inclusive, será devido, ainda, a cada debenturista um prêmio de pré-pagamento de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total. Caso o Resgate Antecipado Facultativo Total se dê após o dia 18 de maio de 2015, exclusive, será devido um prêmio de pré-pagamento de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total.

5.2.6. A Comunicação do Resgate Antecipado Facultativo Total a ser publicada e encaminhada ao Agente Fiduciário deverá conter: (a) a data para o pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (b) o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total, incluindo e especificando o eventual prêmio nos termos da Cláusula 5.2.5 acima.

5.2.7. Em caso de Resgate Antecipado Facultativo Total, as Debêntures serão canceladas.

### 5.3. Vencimento Antecipado

#### 5.3.1. Hipóteses de vencimento antecipado


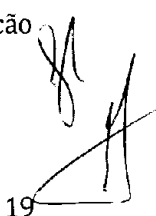
O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto nas Cláusulas 5.3.1.1 e 5.3.1.2 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração realizado, o que ocorrer por último, até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura



que não seja sanado no prazo de 1 (um) dia útil contado da data do inadimplemento;

- b) falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada em 15 (quinze) dias úteis, contados da comunicação do referido descumprimento pelo Agente Fiduciário, ou por qualquer terceiro, à Emissora, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico nesta Escritura;
- c) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, quaisquer declarações ou garantias relevantes prestadas pela Emissora nesta Escritura e/ou em quaisquer documentos no âmbito da Oferta Restrita;
- d) anulação, nulidade ou inexecutibilidade desta Escritura ou das garantias declaradas em sentença ou em decisão interlocutória cujos efeitos não sejam reformados ou suspensos em até 15 (quinze) dias úteis da publicação da referida decisão;
- e) se a garantia fidejussória constante desta Escritura não for devidamente efetivada ou formalizada pela Emissora, ou pelo Fiador, de acordo com os prazos previstos nesta Escritura, ou se ela, por qualquer fato atinente ao seu objeto tornar-se inábil, imprópria ou insuficiente para assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes desta Escritura, sendo certo que não será necessária a celebração de qualquer outro documento para sua respectiva constituição;
- f) inadimplemento pela Emissora de quaisquer de suas obrigações pecuniárias com valor individual ou agregado superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, contraídas no mercado financeiro local ou internacional, que não seja sanado dentro de 2 (dois) dias úteis ou eventual prazo de cura específico estipulado no referido contrato;
- g) inadimplemento pela Emissora, na condição de garantidora, de quaisquer obrigações pecuniárias com valor individual ou agregado superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, contraídas no mercado financeiro local ou internacional, que não seja sanado dentro de 5 (cinco) dias úteis ou eventual prazo de cura específico estipulado no respectivo contrato;
- h) declaração de vencimento antecipado de quaisquer de suas obrigações pecuniárias com valor individual ou agregado superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, contraídas no mercado financeiro local ou internacional, ainda que na condição de garantidora, em relação a qualquer instituição financeira;

   
19



- i) protesto de títulos comerciais, títulos de crédito ou protesto de obrigação de qualquer natureza contra a Emissora, com valor unitário ou agregado superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, ou por cujo pagamento a Emissora seja responsável, ainda que na condição de garantidora, salvo se, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento pela Emissora do referido protesto seja validamente comprovado pela Emissora: (1) que o protesto foi cancelado, sustado ou objeto de medida judicial que o tenha suspenso; (2) que foram prestadas garantias em juízo; ou, ainda, (3) que o valor objeto do protesto foi devidamente quitado;
- j) caso a Emissora seja inscrita em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, inclusive, mas não se limitando ao SPC e SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo - CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, em montantes, individual ou conjuntamente considerados, superiores a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), exceto se, no prazo de 10 (dez) dias úteis, (1) a inscrição seja baixada; (2) exista comprovação de que cobrança foi cancelada, sustada ou objeto de medida judicial que a tenha suspenso; (3) exista comprovação de que foram prestadas garantias em juízo; ou, ainda, (4) exista comprovação de que o valor objeto da cobrança foi devidamente quitado;
- k) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença à qual não tenha sido concedido efeito suspensivo no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de publicação da decisão ou sentença ou que não tenha sido objeto de recurso com efeito suspensivo, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas convertido com base no câmbio da moeda estrangeira, na data do descumprimento, exceto na hipótese de comprovação de prestação de garantia em juízo e aceita pelo juízo;
- l) pedido, pela Emissora, de recuperação judicial, extrajudicial ou autofalência, independentemente de deferimento de seu processamento;
- m) pedido formulado por terceiros em face da Emissora de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial e não elidido devidamente ou contestado e garantido pela Emissora no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de apresentação de tal pedido;
- n) decretação de falência da Emissora;
- o) liquidação, dissolução, extinção, ou insolvência da Emissora;
- p) redução do capital social da Emissora, sem aprovação prévia de debenturistas representando, a maioria simples das Debêntures em Circulação, reunidos em assembleia específica de que trata o artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;



- q) resgate ou amortização de ações ou distribuição, pela Emissora, de dividendos ou de juros sobre capital próprio caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer valor devido aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- r) fusão, cisão, incorporação da Emissora, ou incorporação de ações da Emissora que resulte na alteração do controle, conforme alínea “u” abaixo, sem que haja aprovação prévia de debenturistas representando, a maioria simples das Debêntures em Circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- s) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações, e observado o artigo 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- t) a atividade principal da Emissora deixe de ser a descrita no objeto social constante de seu Estatuto Social vigente na Data de Emissão e mencionado na Cláusula 3.1 acima;
- u) alienação ou alteração do controle direto ou indireto da Emissora, a qualquer tempo até o cumprimento integral de todas as obrigações previstas nesta Escritura, sem aprovação prévia de debenturistas representando, a maioria simples das Debêntures em Circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, entendendo-se por controle o estabelecido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações. Serão permitidas alterações da estrutura societária da Emissora desde que: (a) o controle permaneça sendo exercido, diretamente ou indiretamente, pelo Fiador, por seu cônjuge, ou por quaisquer de seus descendentes até 2º grau (“Novos Controladores”), sendo que o controle poderá ser exercido individualmente ou em conjunto por quaisquer das pessoas indicadas acima; e (b) desde que os Novos Controladores também se tornem fiadores das Debêntures e assumam, de forma solidária, todas as obrigações impostas ao Fiador previstas nesta Escritura;
- v) em caso de morte, ausência, interdição ou insolvência do Fiador declaradas judicialmente ou requeridas em juízo e não elididas dentro do prazo legal, ou caso o Fiador deixe de fazer parte da administração da Emissora: (1) a não apresentação de novo fiador ou garantia que seja aprovado pelos Debenturistas em até 20 (vinte) dias úteis de qualquer dos eventos mencionados neste item; ou (2) a não manutenção, pela Emissora, dos seguintes índices financeiros (“Índices Financeiros”), a serem apurados pela Emissora e acompanhados pelo Agente Fiduciário no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, de todas as informações necessárias para a conferência dos referidos Índices Financeiros, até o vencimento final das Debêntures:



21


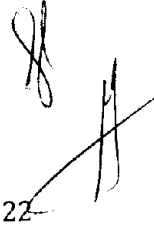



- 1) Dívida Líquida / Ativo Total menor ou igual a 0,6 (seis décimos), a ser calculado e acompanhado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras ou balancetes da Emissora, considerada isoladamente (i.e. balanço não consolidado), ainda que não auditados;
- 2) Dívida Líquida / LAJIDA menor ou igual a 6,0 (seis), a ser calculado e acompanhado anualmente com base nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, considerando-se o balanço consolidado, a ser disponibilizado dentro de, no máximo, 105 (cento e cinco) dias após o término de cada exercício social; e
- 3) LAJIDA/ (despesas financeiras + Dívida de Curto Prazo) maior ou igual a 1,1 (um inteiro e um décimo), a ser calculado e acompanhado anualmente com base nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, considerando-se o balanço consolidado, a ser disponibilizado dentro de, no máximo, 105 (cento e cinco) dias após o término de cada exercício social.

Para fins do cálculo do índice, entende-se por:

- (i) Ativo Total: somatório de todos os ativos da Emissora (circulante e não circulante);
  - (ii) Dívida Líquida: (a) a soma de empréstimos, financiamentos, emissões de dívida no mercado local ou internacional e terrenos a pagar; (b) menos as disponibilidades (somatório do caixa e aplicações financeiras livres e desoneradas);
  - (iii) LAJIDA: o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes, do último exercício social; e
  - (iv) Dívida de Curto Prazo: a soma de empréstimos, financiamentos, contas a pagar por aquisições de terrenos, emissões de dívida no mercado local ou internacional e contas a pagar por aquisições de participações em outras sociedades, conforme classificados no passivo circulante.
- w) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura sem aprovação prévia de debenturistas representando, no mínimo, 90,0% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- x) descumprimento do disposto na alínea "m" da Cláusula 6.1 abaixo;

88  
22



- y) não utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão, estritamente nos termos da Cláusula 3.7.1 acima; ou
- z) alienação de ativos pela Emissora: (1) que tenham gerado para a Emissora nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores receita líquida igual ou superior a R\$45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) ou que tenha representado 10% (dez por cento) ou mais das receitas líquidas da Emissora, calculados com base nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, do último exercício social, considerando-se o balanço consolidado, a ser disponibilizado dentro de, no máximo, 105 (cento e cinco) dias após o término de cada exercício social, dos dois o maior; ou (2) que represente valor superior a R\$62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de reais) ou o valor correspondente a 10% (dez por cento) ou mais do capital social da Emissora na data da respectiva alienação, dos dois o maior, e sem aprovação prévia de debenturistas representando a maioria simples das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

5.3.1.1. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas “a”, “d”, “l”, “n”, “o”, “p”, “r”, “s”, “u”, “w” e “z” acima, e que não sejam sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

5.3.1.2. Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 5.3.1.1 acima), o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas, em até 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8. Caso decidam contra o vencimento antecipado das Debêntures, tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia pela maioria simples das Debêntures em circulação.

5.3.2. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar, em até 1 (um) dia útil, carta protocolada informando tal evento: (a) à Emissora, com cópia à CETIP; e (b) ao Banco Mandatário.

5.3.3. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, em uma única data, a contar do protocolo na CETIP da carta mencionada na Cláusula 5.3.2 acima, obrigando-se a Emissora e/ou o Fiador a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração aplicável devida, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura. Caso tal pagamento seja



feito pelo Fiador, este será realizado fora do âmbito da CETIP.

5.3.4. Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.3.3 acima, além da Remuneração devida, serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme previsto na Cláusula 4.8.3 acima.

5.3.5. No caso de um dos eventos de vencimento antecipado mencionados nesta Cláusula 5.3 vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.3.2 acima, no que diz respeito às Debêntures registradas no CETIP 21, para que a realização do pagamento de que trata a Cláusula 5.3.4 acima ocorra por meio da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

## 6. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DO FIADOR

6.1. A Emissora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente se obriga a:

- a) arcar com todos os custos decorrentes da distribuição e manutenção das Debêntures, incluindo, mas não se limitando a: (1) todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (2) com o registro e a publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (3) despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário, Escriturador e assessores legais;
- b) apresentar imediatamente ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes, nos termos da regulamentação expedida pela CVM, especialmente a Instrução CVM 476;
- c) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - 1) dentro de, no máximo, 105 (cento e cinco) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, as quais deverão ser divulgadas pela Emissora nos termos da legislação e regulamentação vigentes, acompanhadas: (i) do demonstrativo detalhado de apuração dos Índices Financeiros, com sua respectiva memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final dos Índices Financeiros, devidamente auditado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores








independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (ii) de declaração, assinada por dois diretores da Emissora, atestando o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura, incluindo, sem limitação, a observância dos Índices Financeiros;

- 2) dentro de, no máximo, 30 (trinta) dias úteis após o término dos 3 (três) primeiros trimestres de cada ano, cópia dos balancetes da Emissora, considerada isoladamente (i.e. balanço não consolidado), ainda que não auditados para fins de acompanhamento, pelo Agente Fiduciário, do Índice Financeiro referido no item 5.3.1 "v"1 acima, com sua respectiva memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final de tal Índice Financeiro, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- 3) dentro de 5 (cinco) dias úteis após o efetivo registro na Junta Comercial de Pernambuco, prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas;
- 4) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, documentos e/ou informações que lhe venham a ser razoavelmente solicitadas pelo Agente Fiduciário, por escrito, a fim de que este possa cumprir com suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28") e
- 5) no prazo de até 1 (um) dia útil contado da data de ciência ou recebimento, conforme o caso, (i) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento mencionado na Cláusula 5.3.1; (ii) envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Emissora relacionada a um Evento de Inadimplemento;
- 6) cópias de avisos aos debenturistas, editais de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, assim como de atas de assembleias gerais e de reuniões da administração da Emissora que envolvam o interesse dos debenturistas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem registradas na Junta Comercial de Pernambuco;
- 7) cópia de relatório de avaliação de agência classificadora de risco da Emissora e/ou das Debêntures, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados de sua divulgação, caso haja;

25



- d) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pela regulamentação da CVM, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- e) atender integralmente às obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
- 1) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
  - 2) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - 3) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - 4) manter os documentos mencionados na alínea (3) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - 5) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
  - 6) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador e ao Agente Fiduciário; e
  - 7) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.
- f) enviar à CETIP: (1) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea 3) do subitem e); (2) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (3) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28/09, de 02 de abril de 2009, o qual a Emissora declara conhecer e que passa a fazer parte integrante da presente Escritura para todos os fins de direito;
- g) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os



princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, exceto se devidamente ressalvado em seus balanços auditados, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;

- h) até o integral pagamento de todos e quaisquer valores devidos aos debenturistas nos termos desta Escritura e observada a Cláusula 5.3.1, alínea a), inserir disposição em quaisquer contratos de mútuo celebrados com pessoas físicas ou jurídicas que sejam, direta ou indiretamente, coligadas ou controladoras da Emissora ("Partes Relacionadas") que os créditos relacionados a tais mútuos são subordinados a estas Debêntures, nos termos do artigo 83, VIII, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada, de modo que, no caso de falência da Emissora, o crédito dos titulares das Debêntures terá preferência sobre eventuais créditos de Partes Relacionadas decorrentes de tais mútuos;
- i) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- j) cumprir tempestivamente todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- k) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- l) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- m) notificar em até 2 (dois) dias úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que impossibilite ou dificulte, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;
- n) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- o) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- p) manter-se devidamente organizada e constituída como uma sociedade por ações sob as leis brasileiras;



27



- q) cumprir com todas as obrigações decorrentes da legislação e da regulamentação brasileira aplicável, incluindo manutenção de licenças relevantes, aprovações e requerimentos societários, governamentais, legais ou regulamentares aplicáveis, necessárias para o exercício de suas atividades principais;
- r) observar estritamente a legislação e regulamentação tributária aplicável, mantendo-se em situação de regularidade perante autoridades governamentais ou fiscais, bem como efetuar o pontual pagamento de tributos que sejam devidos ou que devam ser recolhidos, exceto se a exigibilidade do tributo ou de seu pagamento esteja suspensa por decisão judicial ou administrativa ou nos termos da legislação ou regulamentação aplicável; e
- s) guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Emissão.

6.2. O Fiador, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente se obriga a:

- a) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - 1) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, documentos e/ou informações que lhe venham a ser razoavelmente solicitadas pelo Agente Fiduciário, por escrito, a fim de que este possa cumprir com suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução CVM 28;
  - 2) cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pelo Fiador envolvendo procedimento de valor equivalente a, no mínimo, R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), em até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da notificação, caso o Fiador decida não se manifestar, ou em até 5 (cinco) dias úteis após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada de cópia destes;
  - 3) confirmação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da respectiva solicitação, de que está adimplente com suas obrigações principais e acessórias, nos termos estabelecidos nesta Escritura; e
  - 4) informações a respeito de qualquer dos eventos de vencimento antecipado previstos nesta Escritura imediatamente após a sua ocorrência, inclusive os da Emissora de que tiver conhecimento.
- b) manter seus ativos com valor de aquisição superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) adequadamente segurados, devendo a Emissora enviar ao Agente Fiduciário nos dias



28



15 de junho e de dezembro de cada ano a relação de tais ativos;

- c) caso a Emissora não o faça pontualmente, responsabilizar-se pelo imediato pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- d) caso a Emissora não o faça pontualmente, arcar com todos os custos decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo, mas não se limitando: (1) todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (2) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (3) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário, Escriturador e assessores legais;
- e) até o integral pagamento de todos e quaisquer valores devidos aos debenturistas nos termos desta Escritura inserir disposição em quaisquer contratos de mútuo celebrados com Partes Relacionadas que os créditos relacionados a tais mútuos são subordinados a estas Debêntures, nos termos do artigo 83, VIII, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada, de modo que, no caso de falência do Fiador, o crédito dos titulares das Debêntures terá preferência sobre eventuais créditos de Partes Relacionadas decorrentes de tais mútuos;
- f) notificar em até 2 (dois) dias úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas suas condições (financeiras ou outras) que impossibilite ou dificulte, de forma relevante, o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;
- g) caso a Emissora não o faça pontualmente efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- h) cumprir com todas as obrigações decorrentes da legislação e da regulamentação brasileira aplicável; e
- i) observar estritamente a legislação e regulamentação tributária aplicável, mantendo-se em situação de regularidade perante autoridades governamentais ou fiscais, bem como efetuar o pontual pagamento de tributos que sejam devidos ou que devam ser recolhidos, exceto se a exigibilidade do tributo ou de seu pagamento esteja suspensa por decisão judicial ou administrativa ou nos termos da legislação ou regulamentação aplicável.

## **7. AGENTE FIDUCIÁRIO**

7.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para,

nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de debenturistas perante a Emissora.

7.1.1. O Agente Fiduciário declara:

- a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- e) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- f) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- g) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- h) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- i) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento; e
- j) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto.
- k) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos da Emissora ("1ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 19 de abril de 2019, em que foram emitidas 1.000 (mil) debêntures, na data de emissão, no valor



de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data de sua emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Emissora eram garantidas por garantia fidejussória do Fiador, conforme previsão na respectiva escritura de emissão.

7.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10,0% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar a substituição.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na Junta Comercial de Pernambuco e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.



31



7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.3.9. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas e com anuência da Emissora.

7.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- d) arcar com os tributos, municipais, estaduais e federais, assim como com os encargos cíveis, trabalhistas e previdenciários, presentes ou futuros, atribuídos ao Agente Fiduciário nos termos da legislação aplicável;
- e) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- f) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, contudo não é obrigado a atestar a veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável;



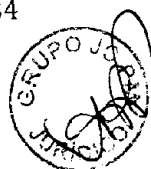
- g) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- h) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- i) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- j) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- k) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, desde que devidamente justificado, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- l) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9.1 acima, à expensa da Emissora;
- m) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- n) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as informações descritas nas alíneas abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se a enviar todos os seus atos societários, dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, sendo que o organograma deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedade sob controle comum, as coligadas, e as sociedade integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e demais informações e/ou documentos necessários à realização do relatório, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até o prazo máximo de 15 (quinze) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório.
- 1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;



33



- 2) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - 3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - 4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - 5) amortização do Valor Nominal, pagamento e repactuação, se for o caso, da Remuneração das Debêntures realizada no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - 6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - 7) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - 8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e
  - 9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- o) colocar o relatório de que trata a alínea n) acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- 1) na sede da Emissora;
  - 2) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
  - 3) na CVM; e
  - 4) na sede do Coordenador, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures.
- p) publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea o) acima;
- q) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário, Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os debenturistas, mediante subscrição e



integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Banco Mandatário, o Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive em relação à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos debenturistas;

- r) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- s) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados de seu conhecimento sobre qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais; e
- t) disponibilizar aos debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website* o Valor Nominal Unitário, calculado pela Emissora.

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração correspondente e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- b) requerer a falência da Emissora;
- c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas; e
- d) representar os debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5, alíneas a) a d) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas e observado o quórum estabelecido na Cláusula 5.3.1.2, esta assim o autorizar.

7.7. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer



35



responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

7.8. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

7.9. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

7.10. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a data da assinatura da Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes.

7.10.1. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

7.10.2. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.10 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata a Cláusula 7.10 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata temporis*.

7.10.3. Os valores serão acrescidos dos seguintes tributos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário: (a) ISS – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza; (b) PIS – Contribuição ao Programa de Integração Social; (c) COFINS – Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social; e (d) quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o IR – Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, nas alíquotas vigentes nas



respectivas datas de pagamento.

7.10.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.10.5. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando a alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

7.10.6. A remuneração prevista será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou na Escritura, como configuradores de vencimento antecipado.

7.10.7. A remuneração descrita na Cláusula 7.10 acima será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora.



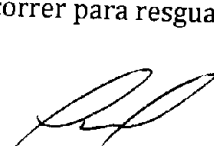
7.10.8. A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral; notificações, extração de certidões, *conference calls*, contatos telefônicos, viagens, alimentação e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos debenturistas.

7.11. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos. Caso as despesas a serem realizadas pelo Agente Fiduciário somem mais de R\$2.000,00 (dois mil reais), o Agente Fiduciário deverá, sempre que possível, previamente solicitar à Emissora uma autorização para realização de tais despesas e, uma vez aprovadas e incorridas, deverá enviar cópia de todos os comprovantes de despesas, para que a Emissora possa acompanhar tais gastos.

7.11.1. O ressarcimento a que se refere à Cláusula 7.11 acima será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.12. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os

37



interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

## 8. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações ("Assembleia Geral de Debenturistas"), a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

8.2. A Assembleia Geral de Debenturista poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem 10,0% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.



8.3. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos jornais indicados na Cláusula 2.1.1.1 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.4. Exceto pelo disposto na Cláusula 4.5.1.6, a Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturista em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

8.5. Independente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, ou os titulares de todas as Debêntures.

8.6. As deliberações tomadas pelos debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de

38



terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

8.7. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem, no mínimo, a metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quantidade de debenturistas.

8.8. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas coligadas à Emissora, controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora ou de controladoras da Emissora (ou grupo de controle), incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, tais como, cônjuge, companheiro, ascendentes, descendentes ou colateral até o segundo grau.


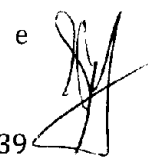

8.9. A presidência e secretaria da Assembleia Geral de Debenturistas caberá aos debenturistas, ou aos representantes eleitos por estes presentes ou àqueles que forem designados pela CVM.

8.10. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Observado o disposto na Cláusula 8.11 abaixo, qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura deverão ser aprovadas por debenturistas que representem pelo menos 90,0% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

8.11. Salvo disposto de outra forma nesta Escritura, as alterações relativas às características das Debêntures, conforme venham a ser propostas pela Emissora, que impliquem em alteração: (a) da Remuneração das Debêntures, (b) das datas de pagamento da Remuneração, (c) da Data de vencimento das Debêntures, (d) dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures, (e) dos Eventos de Inadimplemento, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário; e/ou (f) da alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Cláusula dependerão da aprovação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, seja em qualquer outra subsequente, por debenturistas que representem pelo menos 90,0% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

8.12. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas, sendo certo que os debenturistas poderão discutir e deliberar sem a presença destes, caso desejarem.

8.13. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e

 39   


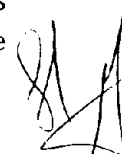
prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.14. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

**9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E/OU DO FIADOR**

9.1. A Emissora declara e garante que, na data de assinatura desta Escritura:

- a) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- b) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- c) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- d) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- e) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá, obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- f) está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, os contratos, as leis, regulamentos e normas administrativas, sendo que esta Escritura constituirá obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos, exceto, eventualmente, por aquelas que: (1) não possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura; ou (2) estejam sendo questionadas de boa-fé;
- g) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação à Emissão;
- h) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;



40





- i) cada uma de suas Partes Relacionadas foi devidamente constituída e é uma sociedade existente de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições, com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios;
- j) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão exceto (1) pelo registro das Debêntures no MDA e CETIP21, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação, (2) pelo arquivamento, na Junta Comercial de Pernambuco, e pela publicação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, das atas dos atos societários da Emissora que aprovaram a Emissão e a Oferta Restrita; e (3) pela inscrição desta Escritura e de seus eventuais aditamentos perante a Junta Comercial de Pernambuco;
- k) tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Emissora não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas, exceto para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua atuação sem as referidas licenças ou se nos casos em que tais licenças estejam em processo legal de renovação;
- l) preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o conhecimento da Emissora devem ser apresentados, ou receberam dilação dos prazos para apresentação destes documentos; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora, por suas controladas, ou, ainda, impostas a ela ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto os tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa fé e por meio de procedimentos apropriados, iniciados e conduzidos com diligência e em relação aos quais existem reservas ou outras provisões apropriadas, exceto os tributos, encargos governamentais e outras contribuições cuja falta de pagamento não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas nesta Escritura;
- m) a Emissora e suas controladas possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas nesta Escritura;



- n) mantém os seus bens e de suas controladas adequadamente segurados, conforme razoavelmente esperado e de acordo com as práticas correntes de mercado;
- o) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
- p) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, inclusive, mas não se limitando aos contratos financeiros firmados pela Emissora, nem irá resultar em: (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (2) criação de qualquer ônus ou gravames sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data ou aqueles objeto de renúncia por seus respectivos credores, sendo que tal renúncia deverá ser comprovada ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de assinatura desta Escritura; ou (3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- q) as situações econômica, financeira e patrimonial da Emissora, na data em que esta declaração é feita, não sofreram qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- r) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2012 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;
- s) cumprirá com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura;
- t) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie e de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- u) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- v) não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, suas respectivas controladas ou coligadas, em suas respectivas condições



42

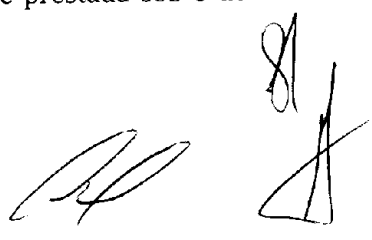


financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura; e

- w) não tem conhecimento de fatos relativos à Emissora ou às Debêntures, que, até a Data de Emissão, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura seja enganosa, incorreta ou inverídica.

9.2. O Fiador declara e garante que, na data de assinatura desta Escritura:

- a) pode cumprir todas as suas obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais necessários para tanto;
- b) a celebração desta Escritura e o cumprimento das suas obrigações principais e acessórias aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em: (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (2) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- c) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes do Fiador, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro, e tais obrigações não estão subordinadas a qualquer outra dívida do Fiador;
- d) sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa desde 31 de dezembro de 2012 que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- e) não tem ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- f) não tem conhecimento de nenhum título de sua emissão ou sacado contra si em valor individual ou agregado, igual ou superior, a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados e não pagos, não sejam cancelados ou sustados no prazo legal ou contestados;
- g) tem capacidade financeira suficiente para honrar as garantias por ele prestada sob e de acordo com esta Escritura;



43



- h) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação que não tenha sido obtido é exigido para o cumprimento de suas obrigações nos termos desta Escritura;
- i) está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, os contratos, as leis, regulamentos e normas administrativas, sendo que esta Escritura constituirá obrigações legalmente válidas e vinculantes do Fiador, exigíveis de acordo com os seus termos, exceto, eventualmente, por aquelas que: (1) não possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura; ou (2) estejam sendo questionados de boa-fé;
- j) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- k) preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o conhecimento do Fiador devem ser apresentados, ou receberam dilação dos prazos para apresentação destes documentos; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pelo Fiador, ou impostas a ela ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos foram integralmente pagos quando devidos, exceto os tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa fé e por meio de procedimentos apropriados, iniciados e conduzidos com diligência e em relação aos quais existem reservas ou outras provisões apropriadas, exceto os tributos, encargos governamentais e outras contribuições cuja falta de pagamento não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pelo Fiador, de suas obrigações previstas nesta Escritura;
- l) possui justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por ele detidos, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pelo Fiador, de suas obrigações previstas nesta Escritura;
- m) mantém os seus bens com valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) adequadamente segurados, conforme razoavelmente esperado e de acordo com as práticas correntes de mercado; e
- n) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento no âmbito da Emissão.

9.3. A Emissora e o Fiador se comprometem a notificar em até 2 (dois) dias úteis os debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas se tornem total



44



ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

## 10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

a) Para a Emissora:

**JCPM PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.**

At.: Artur Antônio Borges do Rêgo Barros / Jaime de Queiroz Lima Filho

Avenida Engenheiro Antônio de Góes, nº 60, 20º andar, sala 2001, subunidade 01, CEP 51.010-000  
Recife, PE

Telefone: (81) 2127-2090 / (81) 2127-2021

Fax: (81) 2127-2049

e-mail: [abarros@jcpm.com.br](mailto:abarros@jcpm.com.br) e [jqueiroz@jcpm.com.br](mailto:jqueiroz@jcpm.com.br)

b) Para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira  
(Backoffice Financeiro)

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514 – Barra da Tijuca, CEP 22640-102

Rio de Janeiro, RJ

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

Correio eletrônico: [middle@pentagonotrustee.com.br](mailto:middle@pentagonotrustee.com.br) / [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br)

c) Para o Banco Mandatário:

**BANCO BRADESCO S.A.**

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar

06029-900, cidade de Osasco, Estado de São Paulo

At.: Sr. João Batista de Souza/Sr. Fábio da Cruz Tomo

Telefone: (11) 3684-7911/3684-2852

Fax: (11) 3684-2704

e-mail: [4010.jbsouza@bradesco.com.br](mailto:4010.jbsouza@bradesco.com.br); [4010.tomo@bradesco.com.br](mailto:4010.tomo@bradesco.com.br);

[4010.custodiarf@bradesco.com.br](mailto:4010.custodiarf@bradesco.com.br)



d) Para a CETIP:

**CETIP S.A. - MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida República do Chile, 230, 11º andar

CEP 20031-170 - Rio de Janeiro, RJ

Telefone: (21) 2276-7474

  
45  


Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

Ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar  
São Paulo, SP  
CEP 01452-001  
At.: Gerência de Valores Mobiliários  
Telefone: (11) 3111-1596  
Fax: (11) 3115-1564

10.1.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.1.2. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao Banco Mandatário, ao Escriturador e ao Agente Fiduciário pela Emissora.

10.2. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "dia útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ou na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente "dia útil" será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "dia útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

10.3. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.4. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na



46



medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

10.7. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

## 11. FORO

11.1. Fica eleito o foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 16 de maio de 2013.

*(Intencionalmente em branco. Assinaturas na próxima página)*

(Página de assinaturas da "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Flutuante, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos termos da Instrução CVM 476, da JCPM Participações e Empreendimentos S.A." celebrada entre JCPM Participações e Empreendimentos S.A, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, João Carlos Paes Mendonça e Maria Auxiliadora Noronha Mendonça, em 16 de maio de 2013)

Tabelionato Figueiredo

JCPM PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

Tabelionato Figueiredo

Nome: Artur Antônio Borges do Rêgo Barros  
Cargo: Procurador

Nome: Carlos André de Arruda Falcão  
Cargo: Procurador

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: Marco Aurélio Machado Ferreira  
Cargo: Diretor

Tabelionato Figueiredo

JOÃO CARLOS PAES MENDONÇA  
p.p. Artur Antônio Borges do Rêgo Barros  
e Carlos André de Arruda Falcão

MARIA AUXILIADORA NORONHA MENDONÇA  
p.p. Artur Antônio Borges do Rêgo Barros e  
Carlos André de Arruda Falcão

Testemunhas:

Nome: Ana Paula Falcão Alves  
RG: 21.662  
CPF:

Nome:  
RG:  
CPF:

TABELIONATO FIGUEIREDO - 8º OFÍCIO DE NOTAS DO RECIFE

Av. Hercúlio Bandeira, 563 - Pina - Recife - Pernambuco - Fones: (81) 3073-0800

Ivanildo de Figueiredo Andrade de Oliveira Filho - Tabelião Público

Reconheço a(s) firma(s) por Semelhância(s) de:

[0007767]-ARTUR ANTONIO BORGES DO REGO BARROS

[0125944]-CARLOS ANDRE DE ARRUDA FALCAO

Recife, 16 de Maio de 2013.

Emolumentos: 5,28; TSNR: 1,18; FERC:0,58; Total: 7,04

Em test. da verdade. Tabelião Público

AUGUSTO REYNALDO MAIA ALVES SOBRINHO  
ESCREVENTE AUTORIZADO

FIRMA 2

ACM038207

48

